

Juizes rebatem críticas de que soltam bandidos

PRESIDENTE DE ENTIDADE divulgou nota em resposta a integrantes da Secretaria da Segurança Pública, que desaprovam atuação de juizes

JULIANA BUBLITZ
juliana.bublitz@zerohora.com.br

Depois de lançar nota rebatendo críticas de integrantes da Secretaria da Segurança Pública ao Poder Judiciário, o presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris), Gilberto Schäfer, disse ontem que os magistrados dependem “de um trabalho eficiente da polícia” para cumprir a sua função. O recado foi uma resposta a declarações – atribuídas ao ex-chefe da Polícia Civil, Guilherme Wondracek, exonerado na última quarta-feira – de que juizes teriam responsabilidade no “prende-e-solta” de criminosos no Estado.

Wondracek deixou o cargo um dia depois da divulgação de números da criminalidade que mostraram crescimento de 70%

nos homicídios em 10 anos. Maçoado, o delegado disse que a corporação prendeu mais e enviou mais inquéritos à Justiça em 2015, mas que o número de crimes continuou em ascensão porque os bandidos dificilmente permanecem presos. Em diferentes ocasiões, Wondracek reclamou das leis brandas.

QUESTÃO DOS PRESÍDIO SERÁ DISCUTIDA COM JACINI

Na nota publicada na quinta-feira, o presidente da Ajuris chegou a afirmar que “alguns agentes públicos”, inclusive integrantes “do alto escalão da Polícia Civil”, estariam tentando “desviar o foco das suas responsabilidades e atribuir ao Judiciário a causa pela crise da segurança pública”.

Ontem, em entrevista a ZH, Schäfer não fez críticas diretas ao

órgão, mas afirmou que a Polícia Civil “está desestruturada de pessoal e de apoio técnico”. Segundo ele, os juizes precisam de inquéritos bem documentados para definir com precisão se um suspeito deve ou não ser mantido preso.

Schäfer também apontou a falta de vagas em presídios como uma das causas da onda de violência que se alastra pelo Estado e afirmou que pretende procurar o secretário estadual da Segurança Pública, Wantuir Jacini, para tratar da questão.

Conhecido pelo perfil técnico, o novo chefe de Polícia, delegado Emerson Wendt, não quis entrar na polêmica. Ontem, por telefone, ressaltou que “respeita o trabalho do Judiciário” e “o poder de decisão de cada magistrado” e que o objetivo principal da Polícia Civil “é a produção de investigação criminal perfeita, com provas”.

“Judiciário depende de polícia eficiente”

ENTREVISTA

GILBERTO SCHÄFER
Presidente da Ajuris



Na nota, o senhor afirmou que integrantes do alto escalão da Polícia Civil “estão tentando desviar o foco das suas responsabilidades e atribuir ao Judiciário a causa pela crise da segurança pública”. Por quê?

Vieram à tona algumas declarações na imprensa. O antigo chefe de Polícia, ao final de algumas operações, dizia que os criminosos seriam soltos logo depois, porque a lei era branda e porque alguns juizes eram complacentes. A cada manifestação, isso passou a ser reproduzido. A nossa posição é explicar para a opinião pública a função do Judiciário e dar o recado de que o governo não pode permitir que se utilize esse expediente. O policial tem o dever de prender. Quem vai dizer se a pessoa vai continuar presa ou não é o juiz.

A Justiça está soltando mais hoje do que há 10 anos?

Não. A Justiça está prendendo, tanto que o Presídio Central está cheio. Nas audiências de custódia, 85% das pessoas vão para a prisão. O problema é que não há vagas. Só nos regimes aberto e semiaberto da Capital e Região Metropolitana, temos déficit de 2,5 mil vagas.

Delegados dizem que os juizes estão sendo mais flexíveis em casos envolvendo crimes graves e mandando para casa quem deveria ficar preso. O senhor discorda?

Chega um momento que o preso, inclusive quem teve crime hediondo, vai progredir (passar do regime fechado para o semiaberto ou aberto). E onde está a vaga para a progressão?

Mas, em 2014, por exemplo, a Justiça mandou soltar o suspeito de estuprar uma adolescente no anfiteatro Pôr do Sol, na Capital, que havia sido preso em flagrante. Não se tratava de progressão. Isso não corrobora a crítica do “prende-e-solta”?

O juiz faz a sua avaliação da prova, da circunstância do inquérito. Cada caso é um caso. E quem não erra? Nesse caso, foram anexados alguns documentos depois, e o próprio juiz se retratou. O fato é que o Judiciário depende de um trabalho eficiente da polícia. Saúde das declarações do novo chefe da Polícia Civil. Precisamos ter boa investigação e boa documentação. É nisso que o juiz se baseia.

Inquéritos enviados ao Judiciário têm tido problemas?

O que sinto é que a polícia está desestruturada de pessoal e de apoio técnico. Os próprios delegados sentem isso. E isso acaba prejudicando o trabalho policial.

O prende-e-solta tem relação com inquéritos mal-feitos?

O juiz sempre vai avaliar o que a polícia traz para ele. Temos de fazer um levantamento para saber se efetivamente está pior ou não, mas o que se nota é que a polícia está carente de estrutura. Além disso, faltam vagas nos presídios, e a lei evita que se envie mais presos para o sistema. O governo tem de estruturar melhor a polícia.

O senhor fala em índice alto de prisões, mas PMs dizem estar frustrados porque prendem criminosos e eles são soltos no dia seguinte. Não é bem assim?

Não. Vários ficam presos. Basta olhar os presídios. E um bom policial tem de prender. Mas o judiciário não vai descumprir a lei. O fato de um brigadano ter se esforçado muito para fazer captura não tem alinhamento automático com a prisão.

VÍTIMAS DE ABORDAGENS

Em um mês, ações da BM matam três

MAURICIO TONETTO
mauricio.tonetto@zerohora.com.br



Lucas

Baleado na cabeça durante perseguição policial em Caxias do Sul no dia 4 de fevereiro, Lucas Raffainer Cousandier, 19 anos, é a terceira vítima em menos de um mês pelas mãos de policiais militares em abordagens. Os outros casos ocorreram em Porto Alegre e Roca Sales, no Vale do Taquari. Cousandier estava na companhia de dois amigos em veículo que furou blitz quando foi assassinado. Na quinta-feira, a Justiça decretou a prisão preventiva dos PMs Emerson Luciano Tomazoni, Gabriel Modesto Ceconi e Devilson Enedir Soares. Eles são suspeitos de alterar a cena do crime.

O pedido de prisão partiu do Comando Regional de Polícia Ostensiva da Serra. Investigações da própria BM e da Polícia Civil apontaram que a versão apresentada pelos PMs de que o trio atirou na viatura após fugir de uma blitz foi forjada. Os policiais teriam colocado duas armas no carro dos garotos para incriminá-los. Porém, a Brigada apurou que os servidores invadiram a casa de um morador de Caxias e reco-

lheram um revólver, que depois foi inserido ilegalmente no veículo da vítima. A arma não tinha numeração raspada, e a apreensão não foi registrada. O GPS confirmou que a viatura esteve na casa do proprietário do revólver por 50 minutos. Além disso, depoimento de testemunha indicou que o motorista da viatura foi até um local afastado e disparou contra o veículo com a intenção de simular a troca de tiros.

Em entrevista ao jornal Pioneiro, um dos jovens que presenciou a morte de Cousandier relatou que eles haviam ingerido bebida alcoólica e fariam lanche quando a BM começou a segui-los:

– Ficamos com medo de perder a carteira e sermos presos.

Nos outros dois casos, a apuração dos PMs ainda está em aberto porque a BM recolheu as

armas, e a perícia não pôde ser concluída. No primeiro, ocorrido em 14 de janeiro, o engenheiro civil Vilmar Mattiello, 58 anos, foi atingido no tórax por um PM na Avenida Wenceslau Escobar, zona sul da Capital. Ele não parou em abordagem de dois soldados, que trabalhavam próximo à esquina com a Rua Afonso Álvares. Alegando sentir que poderia ser atropelado, um dos oficiais atirou três vezes contra o carro de Mattiello.

O delegado Rodrigo Pohlmann Garcia afirma que a cópia do inquérito policial militar (IPM) ainda não foi entregue à Polícia Civil, bem como cópias de documentos e laudos. Segundo ele, o perito não tem condições de fazer o trabalho sem obter a arma de onde saiu o disparo, que está com a Brigada Militar.

POLICIAIS CIVIS CRITICAM POSTURA DE BRIGADIANOS

Em Roca Sales, o frentista José Carvalho Neto, 30 anos, foi morto por um PM com um tiro na cabeça em um posto de combustíveis no dia 22 de janeiro. Ele ajudava um policial à paisana, que foi ferido por um homem que discutia com a companheira no local, mas acabou alvejado.

– A perícia poderia ter apurado os detalhes do disparo e as distâncias, só que a arma foi levada antes. A BM ainda tentou retirar o projétil que estava no corpo, mas o IGP não liberou – disse o delegado Silvío Hupples.

Conforme a assessoria do comando da Brigada Militar, a atuação dos oficiais está amparada no Código de Processo Penal Militar e no Código Penal Militar, e os inquéritos militares vão determinar se houve irregularidades. A Corregedoria da corporação só se manifestará depois das conclusões dos inquéritos.



JOSE LUIS DOSA, 10. 14/01/2015

Em janeiro, engenheiro foi baleado por brigadano após se recusar a parar em abordagem na Capital